

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Requer, nos termos constitucionais e regimentais, que sejam prestadas informações pelo Ministro da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, acerca da proposta do Governo Federal de revisão unilateral da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, solicitando informações acerca do planejamento do Governo Federal quanto a realização de uma revisão das alíquotas do Imposto de Importação no âmbito da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercado Comum do Sul (Mercosul), nos seguintes termos:

- Qual a proposta do Governo Federal para o corte percentual das tarifas do imposto de importação?
- Qual metodologia, modelo e variáveis serão ou estão sendo utilizados para calcular os valores propostos para a redução de tarifas? Entre as variáveis, há consideração quanto aos custos de produção no Brasil, tais como a carga tributária e os custos logísticos?
- Estão sendo realizados estudos de impacto econômico nos setores e cálculos econométricos para apurar os efeitos de uma revisão das alíquotas sobre a importação? Caso positivo, solicita-se a apresentação dos resultados destes estudos em particular sobre os setores agropecuário, máquinas e equipamentos, químico, têxtil e automotivo.

- A revisão em planejamento terá efeitos sobre o Acordo recentemente assinado entre o Mercosul e a União Europeia? E sobre demais acordos em negociação? Caso positivo, requer-se a exposição dos efeitos esperados.
- Quando será iniciado o processo de revisão da TEC? Qual o período de transição estimado pelo Governo para a implementação da referida redução tarifária?
- O Poder Legislativo será consultado e poderá contribuir com o processo de abertura comercial?
- Será realizada uma consulta pública aberta e amplamente divulgada para que o setor produtivo nacional possa se pronunciar e contribuir com sugestões anteriormente à entrada em vigor das novas tarifas?

JUSTIFICAÇÃO

Aumentar a participação do Brasil no comércio global é uma agenda prioritária, conforme anunciado desde o início do Governo do Presidente Jair Bolsonaro. Como uma das dez maiores economias do mundo e um país de proporções continentais com notável mercado consumidor, o Brasil tem elevado potencial para participar mais ativamente do mercado internacional e tem muito a crescer em competitividade.

A Frente Parlamentar do Comércio Internacional e Investimentos (Frencomex) foi criada justamente pela compreensão dos parlamentares da importância do tema, especialmente por ser uma questão tão relacionada ao desempenho econômico de todo o País. Por meio da integração ao comércio internacional, será possível ao Brasil abrir postos de trabalho, receber investimento estrangeiro e adquirir aprimoramento técnico de ponta aos produtores nacionais

É necessário ponderar, entretanto, que as tarifas de importação são apenas um dentre vários elementos que contribuem para um contexto de baixo acesso aos mercados globais. A competitividade brasileira sofre forte

impacto do chamado “Custo Brasil” que envolve desde a excessiva burocracia aos negócios, complexidade tributária e instabilidade econômica. Para tanto, uma reforma que vise implementar a abertura comercial brasileira deve impreterivelmente considerar soluções capazes de reduzir os obstáculos ao setor produtivo brasileiro no exercício da atividade econômica.

Sem a devida consideração das atuais dificuldades de empreender no Brasil e, conseqüentemente, da produção nacional para atuar em igualdade face ao mercado internacional, uma redução generalizada e em curto prazo das alíquotas de importação pode gerar o desestímulo e redução do Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 10 dentre 23 setores industriais até 2022, segundo dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Ao longo do último ano, foram apresentados posicionamentos variados por parte da equipe do Governo Federal acerca da realização da redução de tarifas. Enquanto há posicionamentos em defesa da redução abrupta de alíquotas, há mensagens moderadas na direção de uma redução gradual, acompanhada do efetivo monitoramento do ganho de competitividade das empresas.

Já no tocante ao INDL, há também projeto em curso específico para as comunidades pomeranas do Espírito Santo, denominado Inventário da Língua Pomerana (ILP):

Para solucionar este cenário de descentralização de informações e insegurança aos diversos setores econômicos que serão diretamente impactados pela medida, e para poder embasar tecnicamente o posicionamento dessa Casa quanto ao tema, a Frencomex busca o senhor Excelentíssimo Ministro Paulo Guedes para prestar esclarecimentos sobre a revisão das alíquotas da TEC antes da realização da cúpula presidencial do Mercosul, prevista para a primeira semana de dezembro de 2019.

É nesses termos, pois, que se solicita as informações constantes deste Requerimento, de modo que se possa conhecer os dados acerca dos projetos do governo quanto à abertura comercial.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO